

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.693.953 - RS (2017/0132579-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECORRENTE** : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A  
**ADVOGADO** : GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971  
**ADVOGADOS** : PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275  
RAPHAELLE SIQUEIRA NOBREGA INTERAMINENSE -  
DF040392  
IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993  
**RECORRIDO** : REJANE BEATRIZ FENNER  
**ADVOGADO** : ROBERTA ARRUDA KRUEL DAUTARTAS E OUTRO(S) -  
RS041542

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DESCONTO EM FOLHA. LIMITAÇÃO. LEGISLAÇÃO LOCAL. APLICAÇÃO. SÚMULA 280 DO STF. INCIDÊNCIA. LEI LOCAL EM FACE DE LEI FEDERAL. ACÓRDÃO DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 83/STJ. ANÁLISE JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA.

1. Trata-se de ação em que busca o recorrente desconstituir acórdão que aplicou o limite de 30% para o desconto consignado em folha de pagamento de servidora pública estadual.
2. É firme a orientação jurisprudencial do STJ acerca da inviabilidade do exame de dispositivos da legislação local (decretos estaduais) em Recurso Especial, diante do óbice contido na Súmula 280 do STF.
3. Dirimida a pretensão de limitação dos descontos nos vencimentos de servidora pública estadual, a título de consignação em pagamento, ao percentual de 30%, com respaldo em lei local cuja validade é contestada em face de lei federal, tem-se a natureza constitucional da controvérsia (art. 102, III, "d", da Carta Política), insuscetível de exame pela via do Recurso Especial.
4. A análise da divergência jurisprudencial fica prejudicada quando a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional (AgRg no AREsp 278.133/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 24/9/2014, e AgRg no AREsp 820.984/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/5/2016).
5. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, *in casu*, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."
6. Recurso Especial não provido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça: ""Retificando-se a proclamação de resultado de 13/03/2018: a Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."" Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão."

Brasília, 05 de fevereiro de 2019(data do julgamento).

**MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
Relator

